COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE *

INFORMAÇÃO

TIMOR-LESTE

N.º 29 Junho de 1988

CDPM recebida pelo Presidente da República

No passado dia 30 de Maio, a CDPM foi recebida pelo Presidente da República, Dr. Mário Soares, o qual reiterou o seu empenhamento numa solução digna para a questão de Timor-Leste e manifestou a sua satisfação pelo acordo político celebrado entre a FRETILIN e a UDT. A actual situação na Indonésia, a estratégia da diplomacia portuguesa e a esperada resposta da Assembleia da República à carta indonésia fazem parte das preocupações do Presidente.

"COM BÍBLIAS E ROSÁRIOS SE ENGANAM OS TIMORES"
(PROVÉBIO INDONÉSIO)

O novo chefe do Estado Maior General das FFAA (CEMGFA) indonésias, gen.Try Sutrisno, escolheu Timor-Leste para a sua primeira deslocação oficial às regiões e sub-regiões militares.

Tal escolha não foi, obviamente, inocente.

Mulçulmano, Sutrisno escolheu a Catedral da Sagrada Família de Dili para fazer a sua apresentação à população do território. Rodeado dos funcionários do governo regional, encabeçados pelo governador Mário Carrascalão, de freiras e de padres, entre os quais o administrador apóstolico, e recém-nomeado bispo, Ximenes Belo, além de destacadas figuras da hierarquia militar de Jacarta, o general elogiou o papel das FFAA ocupantes, que tinham fixado como seus objectivos a unidade nacional, o desenvolvimento nacional e a segurança nacional.

O desenvolvimento em Timor-Leste podia ser implementado com sucesso, disse, se houvesse uma percepção clara da necessidade de uma cooperação mais próxima e harmoniosa entre o governo e a Igreja, a qual tinha o apoio de toda a população. E apelou à juventude timorense para se empenhar nos estudos e assim poder contribuir mais tarde para o desenvolvimento da sua terra.

Na ocasião,Sutrisno entregou a Mons.Belo, num gesto que considerou simbólico, estatuetas de Jesus e da Virgem Maria, além de Bíblias, e distribuiu rosários pelos jovens. Este gesto, garantiu o general, era a manifestação do afecto das FFAA indonésias pelos seus irmãos de Timor-Leste, em geral, e de Dili, em particular (**Kompas**, 14 4 88).

Quinze dias antes, na mesma cidade de Dili, o comandante militar do território, o coronel de infantaria M. Ma'ruf, lera, em cerimónia pública comemorativa do 9.º aniversário da criação da área militar de Timor-Leste (o Korem 164), uma mensagem do maj. gen. Djoko Pramono, comandante da região militar Korem IX/Udayana em que está integrado o Korem 164, na qual este apelava, mais uma vez, "**àqueles que ainda vagueiam pelas florestas para descerem rapidamente para as cidades e aldeias para trabalharem com os seus amigos no desenvolvimento do seu bem-amado Timor-Leste**" (**Jawa Pos**, 29/3/88).

Sutrisno, a acreditar na imprensa indonésia, não fez nenhuma referência aos já clássicos **"500 vagabundos da montanha"** nem procedeu a nenhuma inspecção de tropas, actos tão do agrado do seu antecessor Murdani. Mas a forma como procurou fazer a ponte para a juventude de Dili e, sobretudo, o modo como sublinhou o papel da Igreja no diálogo com as autoridades, enquanto instituição que congregava **"o apoio de toda a população"**, poderão constituir sintomas de uma nova estratégia de denominação indonésia. Tanto mais que (ver **Informação Timor-Leste** n.º 27) o topo da hierarquia do Exército é hoje ocupado por veteranos da guerra colonial em Timor-Leste, pouco abertos ao diálogo sobre o futuro da sua última "conquista". O que, eventualmente, poderá provocar alguns atritos com o actual MNE, Ali Alatas, para quem a política de afirmação internacional da Indonésia obrigará a ter que mostrar uma maior flexibilidade de posições.

Soldadinhos de Suharto em Timor-Leste.

NESTE NÚMERO:

- **CDPM recebida pelo Presidente da República**
- **Timor-Leste na boca do mundo**
- **Convergência Nacionalista em Festa**

À PROCURA DE UMA SOLUÇÃO HONROSA

Aliás, o ministro parece estar a impôr um outro estilo de direcção já que, contrariamente ao que acontecia no tempo de Mochtar em que era Murdani, o então CEMGFA, quem mais falava sobre Timor-Leste, tem concedido diversas entrevistas e prestado bastas declarações à imprensa do seu país, onde aborda o conflito.

Numa delas, feita ao semanário **Editor**, à pergunta do jornalista **"Qual a possibilidade de normalização das nossas relações diplomáticas com Portugal?"**, Alatas afirmou que quem as rompera fora Portugal e portanto era a ele que competia tomar a iniciativa nesse sentido. **"Pela nossa parte não pomos qualquer condição especial. Mas, atenção, não podem pedir o regresso ao** status quo ante, **Portugal regressando e repetindo o processo de descolonização. Isso não podemos aceitar"** (**Editor**, 2/4/88).

A resposta do MNE indonésio parece indicar uma certa disponibilidade para a procura de soluções na base de concessões mútuas. Os resultados da reunião CEE-ASEAN em Dusseldórfia se, aparentemente, representam uma vitória para a Indonésia — visto no comunicado final não ter figurado qualquer referência ao problema, facto conseguido à custa da ameaça de intoduzir no mesmo a questão da Nova Caledónia — na verdade a posição conjunta assumida pelos países da CEE a favor da posição portuguesa apresenta-se como uma ameaça para o regime de Jacarta, a braços com o problema da procura de fundos para o pagamento da sua dívida externa e de simpatias para a conquista da presidência do Movimento dos Não-Alinhados.

Isto apesar de a proposta aprovada pelos Doze ser bastante moderada: **"Os ministros tomaram uma posição favorável quanto aos contactos desenvolvidos entre Portugal e a Indonésia sob os auspícios do Secretário Geral da ONU, com vista a encontrar uma solução internacionalmente aceite assegurando ao povo de Timor-Leste os seus direitos e identidade cultural"**.

O ministro Alatas poderá assim, face às dificuldades internas e às pressões externas, encetar uma via que leve à aceitação de uma autonomia parcial para o território e desde que consiga convencer os militares das vantagens de uma tal solução.

O MNE terá a seu favor o facto de tal saída nem sequer ser inédita na história da Indonésia, pois Jacarta já recorreu a ela quando teve que enfrentar, logo após a proclamação da independência, o espírito autonomista do Aceh, região do Norte da ilha de Sumatra e baluarte do islamismo, que pretendia, precisamente, instalar um Estado islâmico. Com o decorrer dos tempos, porém, tal autonomia foi afogada pelos mecanismos de controlo burocrático do poder central que não conseguiu, no entanto, afogar os sentimentos de dignidade humana dos seus habitantes pois estes, de acordo com um despacho da Agência *France Press* de 14 de Abril passado, deitaram fogo a uma esquadra da polícia no seguimento da tentativa de violação de uma mulher por um cívico.

São conhecidas as posições da Resistência timorense sobre as propostas de autonomia sob a bandeira indonésia.

E Portugal?

O MISTÉRIO DA CARTA INDONÉSIA

Na anedoteca nacional, a história da carta árabe — a tal que foi levada pelo vento no preciso instante em que, finalmente, o seu conteúdo ia ser desvendado — corre o risco de ser destronada pela da carta indonésia.

Quando já se pensava que, depois de aturados esforços, o presidente da AR, Dr. Victor Crespo, tinha conseguido, por fim, seguir as pisadas do mago Mandrake e feito desaparecer no ar, com um simples gesto, a famosa e misteriosa carta, eis que afinal se chegou à conclusão de que a mesma andara perdida durante três semanas nos corredores da Assembleia. Mandrake metido ao bolso pela burocracia parlamentar, às urtigas a magia!

Só no dia 25 de Maio é que a Comissão Eventual para Acompanhamento da Situação em Timor-Leste tomou oficialmente conhecimento do conteúdo da carta-convite que o jornal *Semanário* divulgara na sua edição de 12 de Maio. No encontro que tiveram com o Ministro Deus Pinheiro para conhecerem a estratégica diplomática portuguesa, o que lhes facilitaria uma tomada de posição sobre o assunto, este anunciou várias medidas — nomeação de um embaixador itinerante para acompanhamento exclusivo dos assuntos de Timor-Leste (Pinto da França), distribuição de um memorando sobre a situação naquele território por todas as embaixadas portuguesas e o apoio a iniciativas (caso do encontro internacional de parlamentares programado há mais de um ano) — que indiciam um espírito ofensivo. Como o próprio Deus Pinheiro afirmou na altura, **"a diplomacia portuguesa já pode agir e não, apenas, reagir"**. A reunião CEE-ASEAN parece ser já um sinal desta mudança de comportamento.

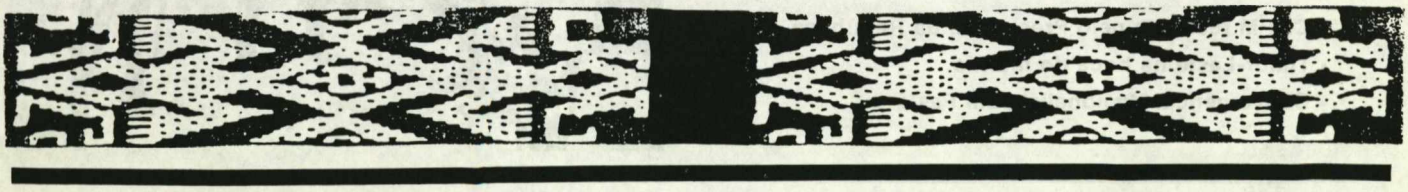
Tanto mais que sectores significativos da comunidade internacional têm vindo a mostrar, nos últimos tempos, interesse pelo problema.

É exemplo disso a sessão do Conselho da Internacional Socialista, que teve lugar em Madrid em meados de Maio,o qual solicitou ao PS português a apresentação de um relatório sobre a questão para ser analisado e discutido na sua próxima reunião.

Mas regressemos à carta enviada pelo presidente do Parlamento indonésio. Os deputados portugueses estão confrontados com um problema que transcende largamente os seus âmbitos e funções. Daí os seus naturais receios e cuidados em não quererem assumir uma posição que possa comprometer a orientação da política externa nacional para a questão e o seu encontro com o MNE.

Segundo fontes da AR, a Comissão Eventual encararia três possíveis respostas: a recusa, pura e simples; a possibilidade de um encontro entre delegações dos dois parlamentos em país neutro; a aceitação do convite desde que um conjunto de condições prévias fossem aceites, entre as quais figuraria um encontro com os responsáveis do *CRRN* (Conselho Revolucionário de Resistência Nacional) timorense. Qualquer destes dois últimos tipos de resposta passaria também por uma outra condição prévia: a de que o regime de Jacarta deixasse de considerar o problema de Timor-Leste como "resolvido".

Espera-se que o próximo encontro de Deus Pinheiro com os líderes dos grupos parlamentares possa fornecer os elementos necessários para uma resposta que se aguarda há quatro meses e que se espera venha ao encontro daquilo que o sr. primeiro-ministro classificou como procura de *"uma solução internacionalmente aceite para o problema da independência de Timor-Leste" (O Século,* 6/5/88). □



Convergência Nacionalista em festa

Em ambiente de grande participação e entusiasmo, encerrou a "Festa dos Três Aniversários" levada a cabo pela Convergência Nacionalista, no passado dia 21 de Maio. A imagem do palco do salão de festas dos Bombeiros Voluntários de Queluz repleto com dezenas de timorenses, fossem dirigentes políticos da FRETILIN e UDT, fossem simples participantes no espectáculo que ao longo dessa tarde decorreu, é bem a expressão do espírito de unidade e fervor nacionalista que animou a realização .

Pretendeu a Convergência assinalar desta forma os aniversários da fundação dos movimentos nacionalistas (UDT — 11 de Maio de 1974 e FRETILIN — 20 de Maio de 1974) bem como os dois anos de existência do acordo político que determinou a constituição da Convergência. A importância e significado destes acontecimentos que tão profundamente marcaram o passado do povo timor e que irão concerteza continuar a influenciar o seu futuro, foi claramente entendido por aqueles a quem, em última instância, a celebração se dirigia: a comunidade timor em Portugal.

Para cima de meio milhar de timores de todas as idades (com um grande peso da juventude), proveniências geográficas (Setúbal, Carnaxide, Amadora, Cacém,...) e condições sociais, encheram por completo o amplo salão onde decorreu a festa. Muitas caras conhecidas, mas também alguns rostos visivelmente (encantados) a participar pela primeira vez neste grande encontro de todos os irmãos e irmãs maubere e biberes. Bastantes portugueses presentes também, amigos e solidários com o povo timor.

Ao longo da tarde passaram pelo palco mais de dezena e meia de grupos artísticos e culturais provenientes dos vários núcleos dos arredores da Grande Lisboa, para onde a diáspora atirou estes exilados de uma pátria ocupada. O vigor e diversidade das manifestações culturais apresentados mostram que a alma de povo maubere, mesmo que longe da chama original, Timor-Leste, não se apagou mas se mantém intensamente acesa: poesia, dança tradicional ou moderna, música popular de várias zonas de Timor, canções portuguesas e esse belíssimo momento que foram as palavras de Jorge Lauten com música de Luís Tacas, tudo isto encheu os ouvidos e os corações do participativo auditório.

O momento central das cerimónias consistiu nas declarações políticas dos dirigentes da UDT e FRETILIN, Moisés do Amaral e Abílio Araújo.

Abílio Araújo e Moisés do Amaral, dirigentes da Convergência Nacionalista.

Sobre o processo de génese da Convergência Nacionalista, e citando uma carta de Xanana Gusmão a Mário Soares e Cavaco e Silva, A. Araújo referiu que *"...A FRETILIN já afirmou não reinvindicar a exclusividade de representar o povo de Timor-Leste. Esta postura política não foi uma decisão tomada 'in extremis' nem foi uma atitude imposta. Reconhecemos, para sermos claros, anteriores posições de radicalismo no seio do nosso Movimento. Porém, afirmamos objectivamente que, a partir da Reorganização da Luta, em Março de 1981, a FRETILIN buscou uma nova linha de conduta e iniciou acções políticas no interior do território, com vista a elevar a Resistência Popular a um carácter verdadeiramente nacional, numa Frente Política verdadeiramente ampla que, ao mesmo tempo, consolidaria a LUTA ARMADA! (...)"*

"(...) Como consequência desses esforços encetados pela FRETILIN desde 1981, a UNIDADE NACIONAL teve o seu corolário na formação, com a UDT, da Convergência Nacionalista.

Da intervenção de Moisés do Amaral retirámos também alguns extractos. Referindo-se à denúncia das violações de Direitos Humanos em Timor-Leste, afirma a UDT que não envolve nela *"...o povo indonésio, que consideramos amigo do povo timorense, devido aos muitos laços culturais e étnicos que a ambos unem. Os destinatários exclusivos e principais desta denúncia é uma clique militar e um determinado sector da classe dominante estabelecida em Jacarta que, sob pretextos obscuros, empurraram o povo indonésio para a presente situação."*

Moisés do Amaral definiu o que considera serem os pontos base para a procura de uma solução negocial: *"...1) reconhecimento pelas autoridades indonésias do direito inalienável do povo timorense à autodeterminação e independência; 2) a realização de profícuas conversações entre Portugal e a Indonésia, com vista à definição de um plano internacionalmente viável visando a descolonização de Timor-Leste; 3) o reconhecimento pelas autoridades indonésias, secundando posição idêntica do Governo português, da Convergência Nacionalista como legítimo representante do povo timorense. (...)"*

"(...) Mas a simples ideia de um acordo pressupõe a existência de interlocutores válidos entre os Timorenses. (...)"

"(...) No momento actual, a Convergência Nacionalista constituiu-se como a única resposta sem alternativas imediatas, pelo que, tanto o Governo português como o Governo indonésio devem aceitar esta realidade."

Quanto à possível deslocação de deputados portugueses a Timor-Leste, afirmou: *"...Continuando, assim, a ocupar ilegitimamente o território de Timor-Leste, a Indonésia necessita do reconhecimento do Governo português para o tornar aceitável perante a Comunidade Internacional. Não o tendo conseguido até agora por vias directas e normais tenta agora alcançá-lo por coonestação indirecta. É esse o sentido, salvo melhor interpretação, do convite dirigido pelo Parlamento Indonésio à Assembleia da República Portuguesa, para que uma delegação de deputados portugueses visite Jacarta. (...) Por isso, uma eventual visita de parlamentares portugueses à Indonésia deverá ser rodeada de todos os cuidados políticos que a situação requer e exige."*

Um passo relevante do discurso de Moisés do Amaral refere-se às posições adoptadas no passado pela UDT: *"...Talvez fôssemos, no passado, pela nossa acção, causa da guerra civil que eclodiu em Timor. Mas nós, que estamos aqui presentes, temos consciência de que o que pretendíamos era precisamente lutar por uma solução verdadeiramente digna do nosso Povo. Peço, pois, que continuemos a manter o mesmo espírito e que, de mãos dadas com os militantes da FRETILIN, colaboremos na procura de uma solução política viável para bem da nossa Terra e do nosso Povo."* □

Timor-Leste na boca do mundo

Várias têm sido as iniciativas tomadas nos últimos tempos de solidariedade para com o povo de Timor-Leste, enfrentando há 13 anos uma sangrenta ocupação colonial. Em algumas delas têm participado refugiados timores.

ESTRASBURGO

Promovido pelo **Movimento Cristão para a Paz**, teve lugar em Estrasburgo um Seminário sobre o tema **Povos Esquecidos e Oprimidos**. A palavra a José Guterres, jovem timor que nele participou activamente:

"O Seminário organizado pelo Movimento Cristão para a Paz no Centro Europeu da Juventude, entre os dias 22 e 29 de Abril, sobre o tema Povos Oprimidos e Esquecidos, **foi uma boa oportunidade criada pela organização, para revelar e dar a conhecer, com a presença de jovens de diferentes países, a situação em Timor-Leste. Ao mesmo tempo pude ter a oportunidade de fazer comparações com os casos da Palestina, Sahara Ocidental e Namíbia, casos resultantes de situações coloniais e pós-coloniais.**

Pude verificar que a maioria dos participantes ignorava totalmente a questão de Timor-Leste. Um deles, por exemplo, pensava que a guerra em Timor-Leste fosse uma guerra entre religiões; outros ignoravam a sua existência. Os casos da Palestina, Sahara Ocidental e Namíbia são os casos mais conhecidos, mais falados na comunicação social. Durante a exposição sobre a situação existente em Timor-Leste e os trabalhos em grupos, os participantes começaram a compreender a gravidade da questão e a ignorância da comunidade internacional. Verifiquei que o ponto principal desta ignorância reside no sector da informação, baseados nos seguintes factores:

1. O total bloqueio que a Indonésia impôs a Timor-Leste, desde o dia 7 de Dezembro de 1975 (data da invasão).

2. A distorção de informações que a Indonésia tem conseguido levar a cabo, seleccionando jornalistas e delegações estrangeiras, para visitarem Timor-Leste.

3. A hipocrisia de alguns países, devida sobretudo aos seus interesses económicos e estratégicos, perante o direito de um Povo.

Verificou-se também que nos quatro casos, os países opressores (Indonésia, África do Sul, Marrocos e Israel) utilizam o mesmo argumento — o Progresso — para justificar a sua ocupação ilegal e a violação dos direitos humanos.

A dedicação dos participantes no Seminário, relativamente aos quatro casos apresentados, especialmente sobre o caso de Timor-Leste, mostrou que apesar de tudo, não estamos a lutar sós, e esperamos que de futuro haja uma contínua acção, a favor dos povos oprimidos e esquecidos."

HOLANDA E R.F.A.

Pela mesma altura deslocaram-se à Holanda e à R.F.A. dois outros refugiados timores, Cristiano Costa e Estêvão. Em Haia tiveram a oportunidade de se encontrar com uma delegação do Partido Cristão Democrata Holandês com a qual discutiram aspectos da viagem realizada pelo eurodeputado daquele partido, Van Raay, a Timor-Leste (ver **Informação Timor-Leste** n.º 28) e em Amesterdão encontraram-se com a sra. Van Heuvel, deputada socialista ao Parlamento Europeu e autora do projecto de relatório sobre o território. Concederam ainda entrevistas ao jornal **Volkskrant** e à revista **Onze Wereld**.

Em Dusseldórfia Cristiano Costa e Estêvão participaram numa conferência de sensibilização da opinião pública europeia sobre as violações dos direitos humanos no Sueste Asiático e em que participaram igualmente delegados da Tailândia, Malásia, Filipinas, Singapura e Papua Ocidental, além de parlamentares do **SPD** alemão e dos **Verdes** e um representante da **Amnistia Internacional**. Esta iniciativa destinava-se a chamar a atenção da opinião pública para a situação destes países na altura em que decorria na mesma cidade a reunião dos Ministros dos Negócios Estrangeiros da CEE e da ASEAN.

PORTUGAL

Também em Portugal, e particularmente no Movimento Sindical, a solidariedade tem estado activa.

Em plenário nacional do **Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações** (SNTCT) foi aprovada uma moção **Pela paz, pelo desenvolvimento, pela solidariedade internacional**, onde se pode ler:

"Assim, o Plenário Nacional do SNTCT, reunido em 7/5/88, decide:

1. Apoiar incondicionalmente a luta do povo Maubere (Timor) pela saída das forças armadas da Indonésia, pelo reconhecimento do direito à autodeterminação e independência. (...)"

Em Fevereiro fora a vez da UGT, no seu congresso, na moção de política internacional, adoptar uma posição de inequívoca solidariedade:

"Os anos têm passado sem que a comunidade internacional consiga encontrar e implantar mecanismos eficazes para conferir ao povo maubere o direito de uma autodeterminação que a história exige e a ONU reconhece.

"Vítima da feroz repressão indonésia que tem conduzido a um verdadeiro genocídio, o povo de Timor-Leste é também vítima de uma diplomacia incipiente, que encontra nas declarações de intenções motivos bastantes para esconder a sua inépcia no terreno.

"A UGT, designadamente através de diligências pessoais do seu Secretário Geral junto do primeiro-ministro australiano, tem exigido o cumprimento das resoluções das Nações Unidas. De parceria com o movimento sindical internacional livre, tudo faremos para incrementar na prática o apoio activo ao povo maubere."

Mais recentemente foi a vez do PRD, na sua Convenção Nacional, de adoptar na sua moção de estratégia:

"Consideramos que Portugal terá que empenhar-se mais activamente, com determinação e inteligência, na procura de uma solução política que traga ao martirizado povo Timorense liberdade, independência e confiança num futuro melhor. É uma questão de princípios, de ética e de dignidade.

"O PRD participará em todas as acções susceptíveis de fornecer uma resposta adequada a uma situação que o país não pode olhar com indiferença e alheamento".

Por sua vez a Juventude do mesmo partido defendeu o **"reconhecimento inequívoco do direito à autodeterminação de Timor-Leste e empenhamento na defesa deste argumento a nível institucional junto dos órgãos de soberania, e afirmação da solidariedade com a UDT e a FRETILIN, como legítimos representantes do povo maubere".** □

Director: António Pinto Pereira **Proprietário:** Comissão para os Direitos do Povo Maubere **Sede:** R. Pinheiro Chagas 77-2.º Esq. 1000 Lisboa, Tel. 57 47 18/54 13 08 **Execução Gráfica:** Gamatipo, Artes Gráficas, Lda. **Tiragem:** 1000 exemplares **Periodicidade:** mensal **Preço avulso:** 20$00 Assinatura anual: 300$00 Publicação inscrita na DGCS com o n.º 112 094 Depósito Legal n.º 25.317